

### Autorização de Exploração - Uso Alternativo do Solo

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2041.5.2024.55097	24124700	0,5000 Ha	29/10/2024 a 29/10/2026
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA		Não se aplica	76.995.455/0001-56
Município de referência		Coordenadas de referência	
CORONEL VIVIDA / PR		-25,978738683   -52,54839474	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

### Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.
----------------

### Volumetria autorizada

Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total	Unidade
Lenha(m³)	Não se aplica	32,6194	16,3097	m³
Tora(m³)	Não se aplica	5,8090	2,9045	m³

### Detalhamento da volumetria autorizada

Tora(m³)	
Tora(m³) / Matayba elaeagnoides / Miguel-pintado / 1,4526 m³	Tora(m³) / Luehea divaricata / Açoita-cavalo / ,4030 m³
Tora(m³) / Ocotea puberula / Canela-guaicá / ,1400 m³	Tora(m³) / Schinus molle / Aroeira-salsa / ,1611 m³
Tora(m³) / Araucaria angustifolia / Pinheiro-do-paraná / ,7478 m³	
Produtos sem indicação de espécie	
Lenha(m³) / 16,3097 m³	

### Condicionantes

#### Gerais

- 1.01  
-Validade de 12 meses.
- DEVERÁ ser mantida uma via desta Autorização no local.
- O interessado autorizado será o responsável pela adoção de medidas e cuidados necessários à prevenção e reparação de danos ao meio ambiente.
- O não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08.
- O transporte ou armazenamento de madeira nativa DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE ser acompanhado de DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF), desde a matéria prima até o beneficiamento final, conforme o § 1º do Art. 36 da Lei Federal nº 12.651/2012.
- O descumprimento das condicionantes, exigências e restrições descritas acarretará no cancelamento desta Autorização e implicará a aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental.
- Esta autorização não atesta propriedade e/ou direito de acesso às áreas atingidas pelo requerente.
- Antes do corte das árvores DEVERÁ ser realizada varredura e quando observados animais silvestres, colmeias, ninhos ativos ou inativos, a equipe de resgate deverá ser comunicada imediatamente.
- Quando for identificado a presença de ninho ativo e/ou inativo nas árvores, eles deverão ser avaliados quanto a presença de ovos ou filhotes. Quando o ninho estiver ocupado, a árvore DEVERÁ ser sinalizada e o corte dela somente poderá ocorrer após a saída dos animais.

#### Específica

2.01  
Interessado  
autorizado: Município  
de Coronel Vivida;  
CNPJ: 76.995.455.0001-56.

Propriedade:  
Parque  
Ecológico Municipal Barro Preto - Rua da Liberdade, s/n - Linha  
Padre - Área Urbana - Coronel Vivida - PR  
- Matrícula  
nº 10.625 da Comarca de Coronel Vivida - PR,  
coordenadas FUSO 22  
J 345012.00 m E / 7125773.00 m S.

Área  
autorizada para  
supressão: 5,00  
hectare.

Responsável  
técnico pelos dados apresentados:  
Etson  
Luiz Rosa  
¿ CREA: PR  
¿ 24718 - D.

Autorizado  
o corte de 519  
indivíduos  
com um volume de 2,9047  
m3  
de tora  
e 16,3097  
m3 de lenha.

NÃO  
PODERÃO  
ser implantadas obras de infraestrutura, edificações ou  
armazenamento de material lenhoso em Áreas de Preservação  
Permanente ou Remanescentes Florestais nativos, sem o devido  
licenciamento ambiental.

Considerando  
a Resolução  
IBAMA/SEMA/IAP nº 007/2008, a compensação ambiental é OBRIGATÓRIA  
e  
DEVERÁ  
ser  
feita mediante plantio  
de mudas de espécies nativas contemplando  
espécies zoocóricas e constantes da lista vermelha de ameaçadas de  
extinção e, conforme estabelece a Lei Federal nº11.428/2008 Artigo  
17, e a Resolução SEMA nº 03/2019, a compensação DEVERÁ  
ser  
realizada na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente na mesma  
microbacia hidrográfica.

DEVERÁ  
seguir

o disposto no Art. 6º da Resolução SEMA nº 03/2019, em atendimento aos Arts. 1º e 2º desta Resolução, quando da supressão florestal, DEVERÁ

o interessado instruir procedimento próprio para compensação ambiental, com NO MÍNIMO, os seguintes documentos: 1. Requerimento; 2. Documentos que identifiquem o requerente/empreendedor; 3. Documentos que identifiquem o empreendimento e a área de supressão; 4. Documento no qual se condiciona a compensação (Licença ambiental ou Autorização Florestal); 6. Recibo do CAR, no caso de imóvel rural, tanto da área que se pretende suprimir, quanto da área que está sendo ofertada como compensação.

Projeto Técnico de Compensação Ambiental que DEVE contemplar, NO MÍNIMO, os seguintes tópicos: a) Identificação do Requerente/empreendedor; b) Identificação da empresa/profissional responsável pelo projeto; c) Identificação do técnico responsável pelo projeto com recolhimento da respectiva ART; d) Apresentação dos objetivos do projeto (por que compensar?); e) Descrição das áreas de intervenção ambiental (o que compensar?); f) Critérios para definição da medida compensatória (como compensar?); g) Caracterização da área destinada a compensação (Onde compensar?); h) Técnicas de compensação/especificações técnicas; i) Cronograma de execução; j) Certidão negativa de débitos ambientais; h) Referências bibliográficas.

Para efeito do cômputo da área de compensação, devem ser excluídas áreas especialmente protegidas, como Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Reserva Legal e demais áreas estabelecidas na forma da Lei.

Comprovante de averbação na matrícula do imóvel da supressão e na matrícula do imóvel de compensação como servidão florestal de 15 hectares (ha) em caráter definitivo da área compensada, conforme Resolução Conjunta SEDEST/IAT 10 de 2024. De acordo com a Tabela 1, do Artigo 6 da presente resolução, o fator de compensação de Floresta Ombrófila Mista em estágio médio é de 3 vezes. Portanto, em uma

área de 5 ha a compensação será de 15 ha.

**DEVERÁ**

apresentar ao órgão ambiental via e-Protocolo a comprovação do plantio de compensação em ATÉ 90 DIAS após o vencimento desta autorização, mediante relatório, contendo no mínimo, fotos das mudas plantadas com a respectiva coordenada geográfica assim como fotos e descrição da área (incluindo a margem de segurança), polígono de plantio e tratamentos culturais de manutenção, perdurando a cada ano até que estas estejam firmadas no solo e apresentem boas condições de desenvolvimento.

**DEVERÁ**

encaminhar relatório de acompanhamento da supressão via e-Protocolo indicando quais espécies de fauna foram encontradas e afugentadas.

Quando da ocorrência de Xaxim (*Dicksonia sellowiana*) na área de supressão, estas espécies DEVERÃO ser cuidadosamente transplantadas para local mais próximo, dentro da área de servidão.

Fica terminantemente PROIBIDO ao solicitante entrar na área de terceiros sem autorização escrita do proprietário/possuidor, adicionado à apresentação da certidão da matrícula ou transcrição imobiliária emitida pelo respectivo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse.

O requerente poderá sofrer sanções administrativas de acordo com o Artigo nº 83 do Decreto Federal nº 6.514/08, por deixar de cumprir compensação ambiental exigida pelo Órgão ambiental competente.

A supressão da vegetação DEVERÁ ocorrer de forma controlada, direcionando o deslocamento e afugentamento da fauna presente para áreas seguras, garantindo a fuga espontânea dos animais, reduzindo, assim, eventuais ocorrências e necessidade de resgates e manipulação de espécimes.

Quando necessário realizar o resgate de fauna que DEVERÁ ser feito por profissional habilitado e qualificado.

Em relação ao uso de Motosserra, o equipamento DEVERÁ estar devidamente licenciado, portando Licença para Porte e Uso (LPU).

Na execução da autorização, DEVERÁ ser dada a correta e imediata destinação da matéria prima

florestal, tanto a comercial quanto a que não possui valor econômico.

-Fica  
terminantemente VEDADO  
o uso de fogo para quaisquer fins, em caso de descumprimento serão  
sancionadas as penalidades previstas na legislação ambiental  
vigente.

É  
PROIBIDO  
o corte de outras árvores que não foram autorizadas.

Esta  
autorização não desobriga a obtenção de outras exigidas por  
outros órgãos.

A  
constatação, em qualquer tempo de ocorrência de danos ambientais  
durante a substituição de vegetação, implicará a IMEDIATA  
INTERDIÇÃO  
do corte da vegetação e EMBARGO  
DAS ATIVIDADES  
na área, ficando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas,  
sujeitos às sanções penais e administrativas previstas na  
legislação ambiental independentemente da obrigação de reparos  
aos danos causados.

O  
Instituto Água e Terra, mediante decisão motivada, PODERÁ  
MODIFICAR AS CONDICIONANTES E AS MEDIDAS DE CONTROLE E ADEQUAÇÃO,  
SUSPENDER OU CANCELAR A LICENÇA/AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL EXPEDIDA,  
quando ocorrer:

I  
- VIOLAÇÃO OU INADEQUAÇÃO de quaisquer condicionantes ou normas  
legais;

II  
- OMISSÃO OU FALSA DESCRIÇÃO de informações relevantes que  
subsidiaram a expedição da licença ou da autorização;

III  
- SUPERVENIÊNCIA de graves riscos ambientais e de saúde.

Histórico	
Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	29/10/2024 - 09:58:53
Autorização Retificada	29/10/2024 - 10:02:53
Autorização Retificada	29/10/2024 - 16:44:54



Documento assinado eletronicamente por Maurilio Villa, Gerente Operacional - Escritório Regional do IAP de Pato Branco, em 29 de outubro de 2024, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:  
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20415202455097>